

ESCÂNDALO/MISTÉRIO

Comissão vai apurar mudanças no relatório

A pedido de Passarinho, Lucena abre sindicância para investigar quem alterou documento da CPI do Orçamento que será usado para instruir processos de cassação e ações da Justiça

JOÃO DOMINGOS
e ELZA PIRES

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), mandou abrir sindicância para apurar as alterações de última hora feitas no relatório final da CPI do Orçamento. A investigação foi pedida pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e prontamente aceita por Lucena. O texto foi digitado nos computadores do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e impresso pela gráfica do Senado.

Mesmo com a abertura da sindicância, Passarinho fez uma investigação por conta própria. Ele acredita ter descoberto, por exemplo, o que ocorreu com o parecer sobre o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), político próximo ao ex-governador Orestes Quércia e um dos 18 parlamentares que enfrentam processos de cassação. Na

versão original, o parecer do relator Roberto Magalhães (PFL-PE) tinha sete páginas. Na versão impressa, ficou com duas. Trechos que detalhavam as acusações contra Moreira foram suprimidos. Segundo Passarinho, não houve alterações no Prodasen, que teria recebido por engano o texto menor, uma versão anterior do parecer.

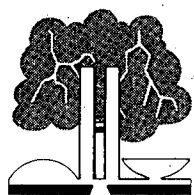
O senador disse que o relatório final da CPI não pode ser alterado. Cópias do documento servirão para instruir os 18 processos de cassação, novas investigações e os processos na Justiça. Além do re-

latório, todas as provas colhidas pela CPI serão enviadas à Câmara dos Deputados. "Os documentos, as ligações de parlamentares com empreiteiras, a movimentação bancária, tudo isto ficará à disposição da Câmara e deverá fazer parte dos processos de cassação na Comissão de Constituição e Justiça", afirmou Passarinho.

As modificações no texto final do relatório de Roberto Magalhães foram feitas na madrugada de sexta-feira por pessoas cuja identidade terá de ser apurada pela comissão de sindicância que Lucena nomeará. O deputado Zaire Rezende

(PMDB-MG), integrante da CPI, contou que ficou no Prodasen até meia-noite de quinta-feira. Logo depois que foi para casa, o relator Roberto Magalhães saiu para uma última reunião com Passarinho. Carregou na pasta cópias dos disquetes do relatório. No Prodasen, técnicos ficaram encarregados de tirar 70 cópias do documento.

No original, Magalhães escreveu que Moreira "assumiu publicamente o fato de não declarar ao Imposto sobre a Renda o resultado operacional dos negócios com imóveis". Também anotou que o deputado do PMDB "faltou com a verdade ao afirmar, perante a CPI, não possuir glebas rurais em Goiás, quando consta dos autos declaração de cartório confirmando a propriedade de uma fazenda no município de Crixás, adquirida em 10 de setembro de 1991". Esses dois trechos não constam da versão impressa do relatório.



PRODASEN
DIGITOU
TEXTO NA
MADRUGADA